

**PORTARIA QUE APROVA O TERMO DE COMPROMISSO E O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO INTERNA E EXTERNA DE BOMBEIRO MILITAR CUSTEADA PELO ERÁRIO**

Portaria nº 7, de 17 de fevereiro de 2014.

Aprova os Termos de Compromisso e de Autorização de Desconto em Folha de Pagamento para realização de capacitação interna e externa de bombeiro (a) militar quando custeada pelo erário, e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso II, III e VI, do Decreto Federal nº 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei nº 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; e o art. 7º, inciso I, da Portaria nº 31, de 14 dez. 2010 do CBMDF, publicada no BG nº 015, de dez. 2010, resolve:

**Art. 1º APROVAR** o Termo de Compromisso, que segue como [anexo 1](#), e o Termo de Autorização de Desconto em folha de pagamento, que segue como [anexo 2](#), a serem preenchidos obrigatoriamente pelo(a) bombeiro(a) militar na seleção ou no ato da indicação para a participação de capacitação externa ao CBMDF quando custeado pelo erário, tanto em nível nacional quanto internacional.

Art. 2º Os termos deverão ser anexados aos autos do processo administrativo que trata da capacitação.

Art. 3º O Departamento de Administração Logística e Financeira e o Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia deverão providenciar, em um prazo de 30 (trinta) dias, instrução e parecer nos autos dos Processos nºs 053.002.371/2012 e 053.002.291/2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS – Cel. QOBM/Comb.  
Comandante-Geral

## TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, eu \_\_\_\_\_  
brasileiro, bombeiro(a) militar, CPF nº \_\_\_\_\_ Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
SIAPE lotado no (a) \_\_\_\_\_, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, declaro ter

conhecimento das condições estabelecidas pelo CBMDF em legislação vigente e por meio do projeto básico para a realização da capacitação interna ou externa denominada \_\_\_\_\_, que será custeada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e firmo o compromisso para, sob as penas da Lei, observar e acatar as seguintes cláusulas:

I – exercer, junto à corporação, após a conclusão do curso, tempo de serviço que seja, no mínimo, idêntico ao período custeado pelo Estado para a realização do curso;

II – no caso da impossibilidade de permanência na corporação ou no serviço ativo, imediatamente após a conclusão do curso, sem que tenha completado tempo de serviço no mínimo igual ao custeado pelo Estado, exceto no caso de reforma por motivo de doença, ressarcir tantas parcelas quantos foram o número de meses necessários para completar o lapso temporal explícito na cláusula I;

III – no caso de transferência para a reserva remunerada, demissão (se oficial), exclusão a bem da disciplina (se praça), ser enquadrado como desertor, durante a realização do curso, ressarcir integralmente o valor custeado pelo Estado a fim de não obter vantagem indevida.

IV – quando houver reprovação em alguma disciplina do curso, arcar com gastos referentes à repetição, sendo que para isto o pagamento será negociado diretamente com a Instituição de Ensino Superior (IES)/Empresa contratada e, ainda, ressarcir ao erário, devidamente corrigido, o valor gasto pelo Estado para custear a disciplina;

V – no caso de reprovação no semestre, abandono da capacitação (desistência voluntária ou desligamento compulsório) ressarcir integralmente os valores, devidamente corrigidos, que tiverem sido pagos pelo CBMDF;

VI - no caso de desistência de prosseguir na realização do curso, sem motivo devidamente justificado, ressarcir ao CBMDF, devidamente corrigido, o valor integral que tiver sido pago pela corporação até o momento da desistência junto à IES/Empresa;

VII – para fins de ressarcimento e parcelamento, serão observadas as orientações contidas nas Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal de números 4463/2004, 6806/2007 e 2441/2012, de forma que o valor total apurado será corrigido nos termos da Lei Complementar nº 435/2001 até a completa extinção do débito, sendo que o valor das parcelas não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) da remuneração do servidor;

VIII – a inobservância dos requisitos citados acima, e/ou a prática de qualquer fraude pelo(a) interessado(a), implicará

no cancelamento do custeio do curso, com a restituição integral e imediata dos recursos, de acordo com teor da cláusula VII, deste Termo, acarretando ainda, a impossibilidade de ser beneficiado pela realização de cursos custeados pelo Erário, pelo período de cinco anos, contados do conhecimento do fato.

Brasília, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do militar \_\_\_\_\_

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO E FOLHA DE PAGAMENTO

Eu \_\_\_\_\_  
brasileiro, bombeiro(a) militar, CPF nº \_\_\_\_\_ Matrícula SIAPE  
\_\_\_\_\_, lotado no (a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, tendo em vista o teor do Termo de Compromisso firmado por este signatário em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, e considerando que, no documento mencionado, há cláusulas que tratam do ressarcimento ao erário por motivações ali expostas, autorizo a Diretoria de Gestão de Pessoal (DIGEP) do CBMDF a descontar em minha folha de pagamento o valor proporcional relativo às despesas que tiverem sido pagas, decorrentes de minha capacitação, em caso de incidência nas seguintes situações:

I – reprovação em alguma disciplina do curso;

II – impossibilidade de permanência na corporação ou no serviço ativo, imediatamente após a conclusão do curso, sem que tenha completado tempo de serviço no mínimo igual ao custeado pelo Estado, exceto no caso de reforma por motivo de doença;

III – transferência para a reserva remunerada, demissão (se oficial), exclusão a bem da disciplina (se praça), ser enquadrado como desertor, durante a realização do curso;

IV – reprovação no semestre, abandono da capacitação (desistência voluntária ou desligamento compulsório); V – desistência de prosseguir na realização do curso, sem motivo devidamente justificado.

Estou ciente de que, para fins de ressarcimento e parcelamento, serão observadas as orientações contidas nas Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal de números 4463/2004, 6806/2007 e 2441/2012, de forma que o valor total apurado será corrigido nos termos da Lei Complementar nº 435/2001 até a completa extinção do débito, sendo que o valor das parcelas não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) da remuneração do servidor.

Brasília, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do militar \_\_\_\_\_.